

O DIÁLOGO ENTRE A FONOAUDIOLOGIA E A PEDAGOGIA COMO FORMA DE COMBATE AO DISTÚRBO DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Mariana Marques de Assis Farias *
Gisele Reinaldo da Silva **

Resumo: Este artigo averigua as contribuições da fonoaudiologia educacional para o âmbito escolar, a fim de analisar como a interface entre estas duas áreas do conhecimento – fonoaudiologia e pedagogia – pode combater o distúrbio de aquisição da linguagem. Desta forma, a pesquisa parte de uma elucidação da fonoaudiologia educacional em seu caráter interdisciplinar, a partir da atuação profissional integrada entre pedagogos e fonoaudiólogos em prol do desenvolvimento da competência oral, leitora e escrita plena por parte dos educandos. A pesquisa bibliográfica qualitativa, com revisão de literatura comparativa de concepções teórico-críticas de autores especialistas na temática, constatou que essa atuação profissional conjunta propiciará a ampliação dos conhecimentos docentes sobre os processos que envolvem a aquisição oral e escrita, em prol de uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Fonoaudiologia educacional. Pedagogia. Distúrbio de aquisição oral e escrita.

THE DIALOGUE BETWEEN PHONOAUDIOLOGY AND PEDAGOGY AGAINST THE LANGUAGE ACQUISITION DISORDER

Abstract: This article aims to study the contributions of educational phonoaudiology to the school atmosphere, in order to analyze how the interface between these two areas of knowledge - phonoaudiology and pedagogy - can combat language acquisition disorder. In this way, the research starts from an elucidation of educational speech therapy in its interdisciplinary character, from the integrated professional performance between pedagogues and speech therapists in favor of the development of students' oral, reading and full writing skills. Qualitative bibliographic research, with a comparative literature review of theoretical-critical conceptions by authors specialized in the theme, found that this joint professional performance will provide the expansion of teaching knowledge about the processes that involve oral and written acquisition, in favor of an inclusive education.

Keywords: Educational speech therapy. Pedagogy. Disorder of oral and written acquisition.

EL DIÁLOGO ENTRE LA FONOAUDIOLÓGÍA Y LA PEDAGOGÍA COMO FORMA DE COMBATE AL DISTURBIO DE ADQUISICIÓN DEL LENGUAJE

Resumen: Este artículo averigua las contribuciones de la fonoaudiología educativa en el ámbito escolar, a fin de analizar como la interface entre estas dos áreas del conocimiento – fonoaudiología y pedagogía – puede combatir el distúrbio de adquisición del lenguaje. De esta forma, la investigación parte de una elucidación de la fonoaudiología educativa en su carácter interdisciplinar, a partir de la actuación profesional integrada entre pedagogos y fonoaudiólogos en favor del desarrollo de la competencia oral, lectora y escrita plena de los educandos. La investigación bibliográfica cualitativa, con revisión de literatura comparativa de concepciones teórico-críticas de autores especializados en la temática, constató que esa actuación profesional conjunta propiciará la ampliación de conocimientos docentes sobre los procesos que involucran la adquisición oral y escrita rumbo a una educación inclusiva.

Palabras-clave: Fonoaudiología educativa. Pedagogía. Distúrbio de Adquisición oral y escrita.

Introdução

Este artigo aborda as contribuições oriundas da interface profissional entre duas áreas de conhecimento – a fonoaudiologia educacional e a pedagogia – a partir da integração profissional dialógica entre pedagogos e fonoaudiólogos em prol do combate ao distúrbio de linguagem de discentes na Educação Básica.

Crê-se que a fonoaudiologia educacional pode auxiliar na mitigação do atraso escolar, em contribuição à prática pedagógica docente durante todo o processo de desenvolvimento pleno da competência oral, escrita e leitora dos educandos, razão pela qual se justifica a eleição deste tema para a pesquisa. Entende-se, ainda, que tal integração promove não apenas a capacidade expressiva dos educandos, como também viabiliza o desenvolvimento de relações interpessoais qualitativas, influenciando, assim, em sua formação psicossocial.

Como embasamento teórico-crítico para as discussões apresentadas, elegemos as concepções teórico-críticas de Vygotsky (1991), Girotto (1999), Sacaloski, Alavarsi e Guerra (2000), Luzardo e Nemr (2006), Barberian (2007), Bulgraen (2010), Carlino (2011), Zaboroski e Oliveira (2013), Souza, Dourado e Lemos (2015), Armonia, Mazzega, Pinto, Souza, Perissionato e Tamanaha (2015), Oliveira, Conceição, Figueiredo, Campos e Reis (2016) e Zanquim (2018).

Abordamos, inicialmente, as contribuições da fonoaudiologia educacional no entendimento dos processos de desenvolvimento da linguagem, o qual se inicia antes mesmo do balbúcio das primeiras palavras, de modo a fomentar o papel preventivo da escola em relação aos distúrbios de linguagem. Aprofundamos, em seguida, a reflexão sobre a imprescindibilidade da ação integrada entre fonoaudiólogo escolar e pedagogo no tocante ao processo de aquisição plena da competência oral, escrita e leitora para, por fim, discutir como essa parceria crítica deve ser manifesta, inclusive, no Projeto Político Pedagógico escolar, além de ser fruto de uma formação continuada docente promotora de uma educação, efetivamente, inclusiva.

1 Fonoaudiologia educacional e suas contribuições ao desenvolvimento da linguagem

Segundo Carlino (2011), a fonoaudiologia é a ciência que se aprofunda na

comunicação dos seres humanos. Dentre os maiores desafios enfrentados por profissionais de educação em seu labor pedagógico, estão os distúrbios de comunicação, que se apresentam como frequentes, cabendo, assim, ao profissional de fonoaudiologia inserir-se nesses espaços educativos a fim de ampliar os conhecimentos e técnicas necessárias para que os docentes tenham respaldo científico no desafio de aprimorar, na prática, o desempenho comunicativo das crianças.

Além de contribuir com os profissionais da educação na identificação de possíveis alterações na comunicação, o fonoaudiólogo escolar pode orientar a como lidar com estas, a partir da implementação de novas estratégias que fomentem a eficácia na aquisição da competência linguística. Outrossim, compete ao fonoaudiólogo auxiliar na orientação e encaminhamento a outros profissionais da área de saúde para identificação e tratamento de distúrbios que abranjam a atuação conjunta de outros especialistas (CARLINO, 2011).

As atribuições do fonoaudiólogo educacional não se restringem a sanar as dificuldades de uso pleno da linguagem em quaisquer situações comunicativas e, sim, sua atuação interdisciplinar com o pedagogo enriquece direta e significativamente o próprio processo de aprendizagem global dos discentes, para além do cognitivo, na aquisição de conhecimentos múltiplos e interdisciplinares, ademais das trocas simbólicas de experiências propiciadas (CARLINO, 2011).

Quando o docente está ciente do processo normal de evolução das habilidades auditivas, da fala e da linguagem, consegue planejar estratégias que adequem suas práticas pedagógicas às necessidades dos educandos. Em sua interação dinâmica e constante com os discentes, o professor poderá identificar possíveis distúrbios com maior facilidade e realizar o encaminhamento pedagógico para o fonoaudiólogo educacional, sempre que necessário (CARLINO, 2011).

A escola, por sua vez, necessita incorporar em sua rotina de ações pedagógicas a preocupação com atividades que envolvam a promoção da saúde, a partir de uma consciência coletiva e cooperativa. Trata-se de contribuir com a atuação do fonoaudiólogo, para que ele possa exercer sua profissão em espaço escolar com respaldo institucional no tocante às ações realizadas, ao mesmo tempo em que, através desta relação dialógica, este profissional possa ampliar seu

entendimento pedagógico acerca dos processos que envolvem a aquisição oral, leitora e escrita, em prol de uma educação inclusiva (CARLINO, 2011).

A capacidade de adquirir a linguagem é específica do ser humano. E é por meio desta capacidade que ele pode ampliar suas noções de tempo e espaço, desenvolver sua capacidade de raciocínio, sendo assim capaz de planejar suas ações e avaliá-las depois de realizadas. No entendimento de Alavarsi e Sacalosi (2000), as emoções são as formas mais primitivas de comunicação, já que sorrisos, tremores, lágrimas, expressões faciais podem ser observadas em animais, mas o ser humano enquanto criança, desde muito cedo, aprende a expressá-las por palavras.

Conforme as emoções se tornam mais duradouras e complexas, vão construindo os sentimentos que caracterizam a afetividade. Faz-se mister destacar que a linguagem, muito além da comunicação em si, faz a mediação da constituição do indivíduo, a formação do seu pensamento.

Para Vygotsky (1991), é a partir da linguagem que o indivíduo transforma funções elementares, tais como vontade, reflexo e memória, que são de ordem biológica, em funções psicológicas superiores como pensamento, memória, atenção, as quais são de ordem sociocultural. Portanto, pensamento e linguagem andam juntos influenciando um ao outro. Ou seja, quando a criança domina o código linguístico de sua cultura é possível a mediação entre o objeto de conhecimento e o sujeito, e, portanto, ocorre a aprendizagem.

O desenvolvimento da linguagem e da fala apesar de estar interligado, caminha separadamente, em certa medida. Isso porque a linguagem é o aspecto mais amplo, ou seja, é a capacidade de se comunicar, de entender e ser entendido do ser humano, enquanto a fala é a expressão desta, ou seja, é a forma como transmitimos nossas ideias. A linguagem é a capacidade que o indivíduo tem de se comunicar e estruturar suas ideias, não obstante, quando a fala está muito alterada, a compreensão do ouvinte pode ser comprometida, apesar de as construções serem corretas (VYGOTSKY, 1991).

Para Vygotsky (1991), a criança experimenta uma grande descoberta ao compreender que cada coisa tem um nome, e isso só é possível quando ela obtém um nível relativamente elevado de desenvolvimento do pensamento e da fala. A

linguagem se constrói por meio das relações e vivências da criança com o seu meio, assim como toda a aprendizagem. Essas vivências acontecem a partir das interações que as crianças fazem com outras crianças e com os adultos. O bebê almeja que suas necessidades sejam atendidas, chora instintivamente, e esse choro é interpretado por sua mãe, que lhe atribui uma função comunicativa. Esse é o início da comunicação humana.

A aprendizagem do bebê começa logo após o seu nascimento, ao iniciar a exploração do ambiente por meio de todos os sentidos. Com o tempo, ele aprenderá a conversar por meio de balbúcio, murmúrio e imitação das vozes que ouve. Se a criança aprende a partir da interação com o meio, é de suma importância que os adultos conversem com ela e estejam atentos e dispostos a ouvi-la, mesmo que não compreendam ou acreditem que ela não possa entendê-los (VYGOTSKY, 1991).

Com apenas dois meses de idade, o bebê já consegue entender e distinguir a voz de um ser humano de outros sons, sendo capaz de distinguir a voz materna. Nos três primeiros meses, o bebê já emite som de murmúrio e, após um controle maior dos órgãos fonoarticulatórios, inicia o balbúcio. Balbúcio é quando o bebê repete sílabas sem qualquer significado, mas que funciona como uma espécie de treino articulatorio. De sete a nove meses, o balbuciar se transforma e passa a apresentar uma maior variedade de sons. Assim, o bebê começa também a descobrir que sons diferentes representam significados diferentes (SACALOSKI; ALAVARSI; GUERRA, 2000).

A primeira palavra pode ser esperada entre dez e catorze meses de idade. Aos dezoito meses, a criança possui cerca de dez a vinte palavras corretas e, aos dois anos, já pode usar cerca de duzentas palavras. Aos dois anos e meio de idade, é capaz de formular e de se expressar por intermédio de sentenças simples. Com três anos, a criança já entende a maior parte do que os adultos falam, e já elabora sentenças completas. Aos quatro anos, é capaz de pronunciar corretamente os fonemas da sua língua e sua linguagem está completa, só precisando de aprimoramento (SACALOSKI; ALAVARSI; GUERRA, 2000).

O papel conjunto da família e da escola, nessa conjuntura, torna-se peremptório, haja vista que a criança aprende a partir de suas vivências e experimentações, sempre seguindo o modelo do adulto. Deste modo, crianças que

convivem com adultos que falam com clareza e fluidez cognitiva falarão mais cedo do que aquelas que imitam o falar adulto incoerente. De acordo com Souza, Dourado e Lemos (2015), o desenvolvimento da linguagem depende não só de condições biológicas, mas também de fatores do ambiente e da influência da escola e da família.

Nesse sentido, Luzardo e Nembr (2006) concordam que a fonoaudiologia escolar deve colaborar, ainda, para a integração mais eficaz entre a família, o aluno e a escola. O fonoaudiólogo contribui, por exemplo, para ampliação do entendimento de comumente erros serem vistos como distúrbios, embora, na verdade, possam representar apenas etapas de um processo natural de aprendizagem.

Na primeira infância, quando a criança está em processo de desenvolvimento de vínculos e cuidados, quem lhe oferece os principais estímulos é a família, propiciando a interação com adultos ou outras crianças:

Ao pensar no ambiente familiar como um aspecto ordenador do desenvolvimento deve-se considerar que cada família tem sua particularidade e isso possibilitará diferentes oportunidades à criança. A família sofre influência de seu próprio meio e de fatores externos, não atua de forma isolada, tais influências podem comprometer as condições de desenvolvimento as quais a criança está exposta. (SOUZA; DOURADO; LEMOS, 2015, p. 513).

Em concordância com a perspectiva apresentada acima, Oliveira, Conceição, Figueiredo, Campos e Reis (2016) ratificam que o desenvolvimento da capacidade cognitiva está diretamente ligado ao quanto essa criança foi estimulada no ambiente familiar, auxiliando assim na aprendizagem ainda que não sejam propostas atividades com esse direcionamento.

A criança fala conforme seu meio. O indivíduo que convive em um ambiente que tem maior exposição à fala terá um vocabulário mais rico e um desenvolvimento mais rápido. Interferências externas, vinculadas ao ambiente em que a criança está inserida, podem trazer prejuízos à aquisição da linguagem, tais como, por exemplo, quando os pais, ao menor gesto da criança, já atendem aos seus pedidos e ela não precisa se esforçar para ser entendida. Outro exemplo é quando adultos criam expectativas acima do que a criança pode oferecer cognitivamente e, para não frustrar a si ou ao outro, o infante prefere não se expressar, evitando assim o momento de tensão causado pela fala (CARLINO, 2011).

Já a escola, por sua vez, deve atuar como um ambiente estimulador, de modo a propiciar o desenvolvimento contínuo através dos conhecimentos relacionados à linguagem já obtidos pela criança através de suas relações familiares. Ou seja, aprofundar esses conhecimentos na escola, compartilhando com seus pares, ampliando seu repertório de relações sociais e trocas cognitivas e simbólicas, proporcionará avanço significativo no tocante ao processo de maturação da linguagem.

2 Distúrbio de aquisição da linguagem e a fonoaudiologia educacional

De acordo com Sacaloski, Alavarsi e Guerra (2000), o retardo de aquisição da linguagem se dá por um início tardio no desenvolvimento da linguagem da criança, ao considerarmos que por volta de um a dois anos de idade a criança já deveria ter começado a usar e adquirir a competência linguística. Ocorre, assim, retardo de linguagem ou retardo de aquisição da linguagem quando se constitui algum tipo de comprometimento no curso evolutivo do processo aquisitivo.

Para Sacaloski, Alavarsi e Guerra (2000) existem dois tipos de atraso: o primeiro refere-se a uma criança que já tenha alcançado ou até mesmo ultrapassado a idade cronológica esperada e, ainda assim, não tenha adquirido a competência desejada em relação à capacidade expressiva. Nesse caso, o retardo se apresenta na forma de ausência de linguagem verbal no comportamento da criança. Cabe destacar que o desvio de linguagem ou retardo não é considerado uma doença. Considera-se mais aconselhável entendê-lo como um empecilho ou um obstáculo à aquisição fluida da competência linguística.

Sacaloski, Alavarsi e Guerra (2000) também afirmam que o segundo tipo de atraso pode ser visto em crianças que usam as palavras para se comunicar, mas que não se desenvolvem na mesma velocidade e complexidade identificada na evolução das demais crianças. Este tipo de retardo se manifesta através do uso de vocabulário restrito, dificuldade de elaborar frases, dificuldade de compreensão, uso pouco frequente da língua, quer-se dizer, uma evolução não satisfatória ou dificultosa da expressão verbal em distintas situações comunicativas.

O desenvolvimento da linguagem depende fundamentalmente de dois fatores: o afetivo/orgânico, conforme as características individuais de cada criança; e o outro,

social, resultante do potencial ambiental a que a criança pertence.

Estão, entre as causas orgânicas, danos cerebrais devido a traumatismo ou doenças vinculadas à disfunção ou déficits neurológicos. De acordo com Sacaloski, Alavarsi e Guerra (2000), inserem-se, ainda, nessa categoria, crianças com deficiência auditiva, haja vista que a comunicação, nesses casos, é dificultada e a extensão da deficiência de linguagem depende da gravidade da perda sensorial. Nas causas afetivas, apontam-se os problemas emocionais, tais como crianças emocionalmente imaturas que, por temerem ou rejeitarem relações comunicativas, não aprendem a falar, ou ainda por não encontrarem palavras para demonstrar seus sentimentos. A criança com Transtorno do Espectro do Autismo, por exemplo, demonstra grande resistência à interação verbal com o outro.

Conforme Sacaloski, Alavarsi e Guerra (2000), entre as causas ambientais, encontra-se a privação de experiências, a qual ocorre quando a condição familiar é desfavorável ao desenvolvimento da fala. Tanto o abandono quanto a superproteção ocasionada por um excesso de cuidados dificultam o desenvolvimento da autonomia na competência expressiva, assim como o ambiente sem estímulos e a rejeição também são fatores que tendem a prejudicar o desenvolvimento linguístico.

No entendimento de Armonia, Manezza, Pinto, Souza, Perissionato e Tamanaha:

A aquisição da linguagem e do vocabulário, em particular, são extremamente complexas, passível de influências e interferências do ambiente no qual a criança está inserida, das relações sociais estabelecidas e de características particulares de cada indivíduo, no que se refere às habilidades cognitivas, de funções executivas e de memória, além da própria relação com a linguagem em todos os seus aspectos. Assim, o panorama do processo normal de aquisição do vocabulário contribui para o estabelecimento de diagnósticos cada vez mais precisos e, principalmente, para o desenvolvimento de recursos terapêuticos mais eficazes. (ARMONIA *et al*, 2015, p. 759).

Cabe frisar que não é fácil garantir que a criança apresenta ou não o retardo na linguagem. De acordo com Sacaloski, Alavarsi e Guerra (2000), a maior dúvida é se o enunciado falado está de acordo com o esperado para aquela faixa etária no desenvolvimento biológico, e se as omissões e substituições fonéticas estão dentro do normal, logo, deve-se estar sempre atento a como a criança interage com seus interlocutores, se existem situações que propiciem a comunicação entre os pares, se

ela usa da comunicação gestual, e tem demonstrado evolução cognitiva e emocional em seu processo educativo.

Com base nos dados levantados em sala de aula, o docente e o fonoaudiólogo devem elaborar um planejamento estratégico para as intervenções pedagógicas, considerando o grau e o tipo de retardo da linguagem, a existência ou não de patologias, a idade e os níveis de interesse da criança.

Segundo Barberian (2007), a atuação do fonoaudiólogo e do educador deve sustentar-se em procedimentos que estimulem os discentes à construção autonomia, a criar laços afetivos, à expressão emocional e à solução de conflitos interpessoais, objetivando melhor desempenho cognitivo e psicossocial de todas, em especial, de crianças diagnosticadas com distúrbios de linguagem.

É importante ressaltar que é principalmente na educação infantil que as interferências no desenvolvimento da comunicação possuem efeitos mais positivos. Diversas atividades podem ser exploradas nesse nível, tais como: excitar debates em prol do desenvolvimento da fala e escuta; determinar as relações entre respiração, alimentação e fala; direcionar e ajudar no desenvolvimento de atividades lúdicas para evolução adequada da motricidade oral; estímulo de tarefas e desafios em sala de aula que beneficiem a comunicação entre os pares (CARLINO, 2011).

Há que se reforçar a relevância da educação infantil no processo de alfabetização e, por conseguinte, da expressividade plena, dando alternativas de desenvolvimento da competência linguística nesta fase, tais como: ler histórias, incentivar a escrita como função social de objetos que tenham relevância na vida da criança, sempre valorizando mais o processo de aquisição em suas distintas fases do que a ortografia em si (CARLINO, 2011).

As estratégias usadas pelo fonoaudiólogo nesse propósito junto aos profissionais de educação devem ser não só em prol da construção de novos conceitos técnicos, mas, sobretudo, viabilizando que esses aprendizados sejam utilizados no dia a dia e não apenas restritos ao espaço escolar (CARLINO, 2011).

O diagnóstico precoce dos distúrbios de comunicação, por sua vez, é imprescindível, uma vez que auxilia no tratamento imediato impedindo adversidades futuras em relação ao aprendizado escolar. Uma forma de auxiliar nessa identificação precoce é a instrução por parte do fonoaudiólogo escolar quanto às

características dos transtornos, haja vista que, quando conscientes dos sinais, os educadores têm maior possibilidade de observá-los em âmbito escolar. É de suma importância que os profissionais que convivem diariamente com as crianças tenham conhecimento do desenvolvimento normal da fala, para que possam ser aptos a identificarem as possíveis variações no desenvolvimento infantil (CARLINO, 2011).

Ademais, quando bem informado, o profissional de educação pode colaborar com o trabalho do fonoaudiólogo, em prol da ampliação do domínio lexical do educando, de sua compreensão acerca das variações linguísticas, bem como de sua capacidade crítico-reflexiva de adequação do uso da língua a diferentes intencionalidades e situações comunicativas (CARLINO, 2011).

O objetivo principal do educador em saúde, dentro de uma escola, segundo Girotto (1999), deve ser o de prevenir o aparecimento de dificuldades no processo de desenvolvimento pleno da linguagem que dificultem a realização do processo de ensino e aprendizagem.

Quer-se dizer, tal ação pedagógica integrada viabilizará que o indivíduo amplie seu domínio discursivo e sua atuação em distintos gêneros e tipos textuais, os quais normatizam a vida em sociedade e o sujeito terá, por conseguinte, as condições favoráveis para que possa tornar-se um sujeito autônomo em seus múltiplos papéis sociais.

Em outras palavras, cabe ao fonoaudiólogo, junto ao docente, desenvolver ações pedagógicas que possam colaborar para motivação e o aperfeiçoamento da comunicação e, por conseguinte, da interação social, tais como a promoção de rodas de conversas, aulas dialógicas, atividades de narração, uso da musicalização, contação de histórias etc.

Tendo em mente a compreensão do seu papel quanto à promoção da saúde, o professor deixa de vislumbrar a prevenção fonoaudiológica como um propósito que tem como intuito apenas atenuar a ocorrência dos distúrbios de comunicação e de aquisição da linguagem nos escolares, mas em seu caráter imprescindível no tocante à formação global dos educandos.

Girotto (1999) afirma que os distúrbios da comunicação, no século passado, chamados de desvios da língua padrão (caracterizados por variações dialetais e estrangeirismos), adquiriram um caráter patológico por serem considerados de fato

desvios da língua vigente no país e, por consequência desse fato, a escola se tornou o lugar ideal não só para a detecção, mas também para a correção desses desvios. No entanto, historicamente, inúmeros educadores se descaracterizavam de sua posição docente e assumiam o papel de reabilitadores, atendendo a essa demanda dos distúrbios de comunicação apresentados pela população escolar. Assim, o trabalho não era preventivo, mas curativo.

A transformação do educador em especialista em detecção e correção de distúrbios da comunicação surgiu a partir da preocupação em determinar e diagnosticar as alterações da linguagem e incorporar as técnicas reabilitadoras nas escolas. Isso mostra o quanto o professor esteve envolvido no processo de criação e implementação de princípios e técnicas reabilitadoras junto à área médica, determinadas na época por um contexto socio-histórico que ainda hoje dá norte a muitas atividades fonoaudiológicas (GIROTTI, 1999).

3 O PPP enquanto instrumento de inclusão

O Projeto Político Pedagógico sustenta-se como o início da atividade coletiva dos agentes envolvidos no cotidiano escolar, com vistas a construir uma educação crítica para o discente. Assim, o Projeto Político Pedagógico está relacionado com a atividade pedagógica em dois níveis: na organização do trabalho em sala de aula e na organização da escola em si, tendo como foco principal o contexto social em que a instituição está inserida.

Isto posto, o ideal é que o Projeto Político Pedagógico seja elaborado por todas as partes que compõem o ambiente escolar, incluindo os profissionais que ali trabalham, a fim de auxiliar todos os diversos aspectos cognitivos, psicológicos e sociais atrelados ao processo de ensino e aprendizagem.

Partindo dessa premissa, o fonoaudiólogo poderá contribuir para esse fazer pedagógico, como integrante da equipe escolar, sendo essa interação dialógica de conhecimentos e experiências em simbiose prenunciada no planejamento escolar, a partir da problematização acerca das dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem relacionado à aquisição da linguagem.

O fonoaudiólogo, nesta conjuntura, deve participar ativamente do planejamento pedagógico docente, bem como Projeto Político Pedagógico da

instituição, para que a parceria profissional com a equipe escolar e, em especial, com o(a) professor(a), seja construída de forma reflexiva e consciente.

O propósito deve ser o de provocar situações dialógicas, em relação a essas dificuldades, para que as ações pedagógicas sejam criadas previamente a partir desses debates. Isso requer, ainda, um trabalho contínuo com toda a equipe, tanto na fase de elaboração, quanto de execução do Projeto Político Pedagógico.

No caso dos educadores, a preocupação em relação ao processo de aquisição da linguagem dos alunos se origina da relação que é estabelecida entre as modalidades de linguagem oral e escrita. O modelo proposto por Vygotsky (1991) acerca da apropriação da escrita considera que o domínio do sistema de signos representa a conquista de uma série de funções psicológicas complexas como memória, lógica, atenção e raciocínio abstrato.

Vygotsky (1991) estabelece, assim, uma articulação entre a linguagem oral e a escrita, como se a criança se utilizasse da linguagem oral em um primeiro momento, para que fosse possível, em um segundo momento, transformar a escrita em um sistema simbólico.

Em relação às contribuições mais específicas para o processo educativo, Vygotsky (1991) defende a ideia de que o bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento. A essa visão está vinculado o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), o qual se refere à distância entre as habilidades que o aluno consegue realizar sozinho e aquelas que ele só conseguiria fazer com a ajuda de um mediador (um indivíduo mais experiente). Diante disso, a participação do fonoaudiólogo na elaboração do Projeto Político Pedagógico consiste em promover o desenvolvimento da comunicação com ênfase no papel cultural da linguagem, contemplado na oralidade ou escrita.

Todas essas reflexões teórico-críticas devem ser debatidas no momento de constituição do Projeto Político Pedagógico, porque a partir delas é que surgirão as propostas de intervenções as quais podem ser, por exemplo, atividades que valorizem mais a escrita enquanto produto espontâneo relacionado ao processo de construção/aquisição, sem abandonar o exercício da expressão oral em sua adequação às diferentes situações comunicativas (ZABAROSKI; OLIVEIRA, 2013).

Isso requer também a observação, orientação e discussão dos métodos

pedagógicos a serem seguidos, para que todos os educandos sejam contemplados em suas especificidades no projeto adotado, sendo o professor aquele que exercerá o papel mediador neste processo de ensino e aprendizagem (ZABAROSKI, OLIVEIRA, 2013; BRUGAEN, 2010; ZANQUIM, 2018).

Deve ser dada prioridade a uma atuação do fonoaudiólogo educacional, por sua vez, que garanta o compartilhamento de objetivos, vivência de êxitos e dificuldades. Em vez de se tornar apenas um espectador no ambiente escolar, o fonoaudiólogo deve atuar como um profissional capaz de contribuir com sua experiência através de um envolvimento crescente com a equipe multidisciplinar da escola.

Certamente, o fonoaudiólogo contribuirá qualitativamente em relação à abrangência do Projeto Político Pedagógico, já que sua visão como educador em saúde influenciará no planejamento de atividades diversificadas que potencializem a comunicação humana, levando em consideração as demandas dos educandos não apenas linguísticas, mas também sociais e psicológicas, através de ações que valorizem o lugar de fala do aluno e o estimulem a uma ampliação do seu repertório sociocultural.

Não obstante, na atualidade, ao repensarmos o papel do fonoaudiólogo educacional é inegável que a detecção de problemas ainda tem sido vista como uma ação necessária, embora não mais como a prioridade da atuação do fonoaudiólogo na escola (ZABAROSKI; OLIVEIRA, 2013).

A proposta principal de atuação dos fonoaudiólogos educacionais hoje consiste em apresentar um programa de orientações ao professor com o objetivo de entender a natureza das dificuldades expressivas apresentadas pelos educandos. Assim, o professor envolvido de fato em todo o processo de desenvolvimento da competência oral, leitora e escrita plenas dos alunos compreende de fato o porquê de tais dificuldades ocorrerem e o quanto estas podem estar envolvidas na dinâmica escolar, assim como estarem atreladas também à dinâmica familiar dos educandos. Ou seja, a prevenção é posta em relevo, como prioritária, e não mais a detecção de problemas (ZABAROSKI; OLIVEIRA, 2013).

Há que se partir do princípio de que professor não faz diagnóstico, mas, sim, observa o sintoma, e junto ao profissional da fonoaudiologia, pensa ações e

atividades a serem desenvolvidas para cada tipo de diagnóstico, estabelecendo assim a cooperação. Esta parceria também cresce a partir do momento em que o fonoaudiólogo deixa de ser visto como um agente que só trata casos individuais (ZABAROSKI; OLIVEIRA, 2013).

Essa legitimação será confirmada com o crescimento das medidas coletivas de prevenção que abranjam não só os educandos, mas a escola como um todo, como, por exemplo, quando o fonoaudiólogo participa das atividades pedagógicas escolares e contribui para a constituição do planejamento docente. Trata-se, então, de um trabalho preventivo, envolvendo medidas coletivas, tanto em relação às normalidades quanto às dificuldades que os escolares podem apresentar no desenvolvimento da comunicação (ZABAROSKI; OLIVEIRA, 2013).

Zaboroski e Oliveira (2013) acrescentam como reflexão que a atuação do fonoaudiólogo voltada para a formação continuada dos professores é um processo imprescindível que vem somar às experiências vivenciadas pelos docentes, dando-lhes subsídios e motivação para melhorar e ampliar o alcance e eficácia de suas práticas pedagógicas no exercício de sua profissão.

Os docentes que inclusive não tiveram acesso a uma formação acadêmica específica para trabalharem com os aspectos linguísticos, na área da linguagem, podem ser assistidos por um fonoaudiólogo educacional. Esse apoio ajudaria também a detectar precocemente alterações do desenvolvimento infantil de modo a mitigar as consequências de um diagnóstico tardio.

Considerações finais

Faz-se indispensável, porquanto, a interlocução entre estas áreas do conhecimento – a pedagogia e a fonoaudiologia – como primazia no processo educativo em todas as suas etapas, pautada na articulação de diferentes estratégias por ambos os profissionais, a partir de seus conhecimentos específicos tal como pormenorizado neste estudo, em prol de uma educação emancipatória.

Conclui-se, no tocante a esta ação profissional conjunta, que não basta o educador apenas receber informações sobre o desenvolvimento normal da linguagem, o qual começa muito antes de a criança emitir suas primeiras palavras, é necessário que o fonoaudiólogo escolar propicie ao docente conhecimento e

recursos para que este conheça melhor os objetivos da prevenção na escola, a ponto de fazê-lo repensar sua prática pedagógica.

O docente, por sua vez, deve contribuir para que o fonoaudiólogo amplie seu entendimento pedagógico acerca dos processos que envolvem a aquisição oral e escrita rumo a uma educação inclusiva. Observou-se que a atuação do fonoaudiólogo educacional não se limita apenas à realização de triagens, mas sua participação e intervenções devem ser efetivas em todo o processo de ensino e aprendizagem, desde a constituição do Projeto Político Pedagógico à prática deste no cotidiano escolar.

Assim, as variadas estratégias empregadas devem facilitar esse processo, sempre em parceria dialógica com o professor, no tocante às ações pedagógicas a serem adotadas por ambos. Logo, as intervenções do fonoaudiólogo educacional desenvolvidas em cada escola devem sempre estar atreladas ao modelo educacional adotado e aos objetivos traçados em prol da construção da autonomia dos indivíduos que dela participam.

Notas

* Mariana Marques de Assis Farias é docente de Educação Infantil e pedagoga formada pelo Centro Universitário Carioca (UniCarioca). E-mail: marimmaf@gmail.com

** Gisele Reinaldo da Silva é doutora e mestra em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ). Especialista em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), licenciada em Letras Português/Espanhol pela UFRJ e em Pedagogia pela UERJ. Atuou como docente de graduação no Instituto de Letras da UERJ. Leciona em todos os cursos de graduação do Centro Universitário Carioca - UniCarioca. E-mail: giselere@gmail.com

Referências

ARMONIA, A. C.; MAZZEGA, L. C.; PINTO, F. C. A.; SOUZA, A. C. R. F.; PERISSINOTO, J.; TAMANAHA, A. C. Relação entre vocabulário receptivo e expressivo em crianças com transtorno específico do desenvolvimento da fala e da linguagem. **Revista CEFAC**. São Paulo, v.17. n.3, p.759-765, jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-021620156214> Acesso em: 03 set. 2020.

BARBERIAN, Ana Paula. **Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico**. 2 ed. São Paulo: Plexus, 2007, 132p.

BULGRAEN, Vanessa. O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. **Revista Conteúdo**, Capivari, v.1. n.4, p. 30-38, ago/dez. 2010. Disponível em: http://www.moodle.cpsctec.com.br/capacitacaopos/mstech/pdf/d3/aula04/FOP_d03_a04_t07b.pdf Acesso em: 03 set. 2020.

CARLINO, F.; DENARI, F.; COSTA M.. Programa de orientação fonoaudiológica para professores da educação infantil. **Revista Distúrbios de comunicação**. São Paulo, v. 23. n.1, p.25-38, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/8039/5902> Acesso em: 23 abr. 2019.

GIROTTI, Claudia Regina, **Perspectivas atuais da fonoaudiologia na escola**. São Paulo: Plexus, 1999, 118p.

LUZARDO, Raquel; NEMR, Kátia. Instrumentação fonoaudiológica para professores da educação infantil. **Revista CEFAC**. São Paulo, v. 8. n.3, p.18-26, jul./set. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169320536006> Acesso em: 23 mar. 2019.

OLIVEIRA, A. G.; CONCEIÇÃO, M. C. P.; FIGUEIREDO, M. R.; CAMPOS, J. L. M.; REIS, V. O. M.. Associação entre o desempenho de palavras e a disponibilidade de recursos no ambiente familiar. **Revista Audiology, communication, research**. São Paulo, v.21, e1680, p. 01-07, nov. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6431-2016-1680> Acesso em: 03 set. 2020.

SACALOSKI, Marisa; ALAVARSI, Edna; GUERRA, Gleidis. **Fonoaudiologia na escola**. São Paulo: Lovise, 2000, 240p.

SOUZA, V. C.; DOURADO, J. S.; LEMOS, S. M. A.. Fonoaudiologia, processamento auditivo e educação infantil: influências ambientais em crianças de 4 a 5 anos e 11 meses. **Revista CEFAC**. São Paulo, v. 17. n.2, p.512-520, mar/abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201516513> Acesso em: 03 set. 2020.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich, **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, 159p.

ZABOROSKI, Ana Paula; DE OLIVEIRA, Jáima Pinheiro. **Atuação da fonoaudiologia na escola**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2013, 213p.

ZANQUIM, Érica Romano. Atuação do professor mediador. **Revista Eletrônica da Educação**, São Paulo, v.1. n.2, p. 66-77, ago. 2018. Disponível em: http://revista.fundacaojou.edu.br:8078/journal/index.php/revista_educacao/article/view/35/22 Acesso em: 03 set. 2020.

Recebido em: julho de 2020.

Aprovado em: dezembro de 2020.